

Autos Administrativos n. 202300123005

Reuniões Diversas 2023008557227

ATA DE ESCUTA SOCIAL

Data e Horário: 20/10/2023 - 14h30

Local: Auditório do MPGO

**Escuta social
conduzida por:** Dr. Augusto Henrique Moreno Alves

Tema / Pauta: Escuta Social: Implantação de câmeras que viabilizem a gravação das ações ostensivas

Registro Atena: Autos 202300123005

Servidor: Juliana de Andrade Pinheiro

- Dr. Augusto Henrique Moreno Alves - Promotor de Justiça - Coordenador da Área Criminal do Centro de Apoio Operacional;
- Diego José - Núcleo de estudos e pesquisas sobre criminalidade e violência da UFG
- Vitor Sousa de Albuquerque- Assoc. Dever Social e Instituto Anjos da Liberdade
- Mariana Guimarães Nogueira- representando Deputado Antônio Gomide
- Tairo Batista Esperança - Coordenadoria do Núcleo Especializado de Direitos Humanos da DPE
- Ricardo Matos da Silva- Superintendência da Polícia Técnico Científica de Goiás
- Edergênio S. Vieira - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Anápolis
- Sebastião Donizete de Carvalho - Conselho Nacional do Movimento Nacional de Direitos

Participantes:

- Humanos
- Coronel Pedro Henrique Batista - Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás
- Coronel Francisco de Assis Ferreira Ramos Jubé - Corregedoria da PMGO
- Maria Ramos de Jesus - Coletivo Mães pela Paz
- Deputado Mauro Rubem- ALEGO
- Roberto Serra da Silva Maia- Conselheiro Federal da OAB
- Fabrício Rosa - Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos
- Gualberto Fleury - inscrito como cidadão
- Claudia Nunes - Comitê Goiano de Direitos Humanos - inscrita como cidadã
- Professor Dr. Dijaci David de Oliveira - inscrito como cidadão
- Marcos Castro - inscrito como cidadão

Dr. Augusto - inicia cumprimentando e agradecendo a todos pela participação e fala que a intenção é ouvir o maior número de pessoas, instituições, sociedade civil organizada e qualquer cidadão que queira falar sobre os assuntos que foram delimitados e que esse processo de planejamento e execução da escuta social surge a partir do planejamento estratégico do MPGO, que escolheu para o ano de 2023 como ação estratégica a discussão sobre o fomento e a articulação para a implementação das câmeras corporais, tanto para a gravação das atividades policiais ostensivas como a câmera para a gravação dos depoimentos policiais nas delegacias de polícia. Que já tem diversas atividades encaminhadas nesse sentido para garantir a gravação dos depoimentos policiais, que tem um Grupo de Trabalho com a Polícia Civil e com o Tribunal de Justiça para discutir como isso será implementado, e com relação a gravação das atividades policiais ostensivas, as "body cams", entende que esse processo deve partir de uma necessária escuta ativa da população, sendo essa mais uma das ações que estão desenvolvendo para conseguir ouvir o maior número de pessoas, entender a complexidade dessa temática, compreender as nuances que serão enfrentadas, as dificuldades, os efeitos positivos e negativos e que qualquer política pública complexa precisa ser amplamente discutida e debatida.

Em seguida explica que está na função de Coordenador da escuta social e faz esclarecimentos sobre as regras que constam no Edital, e enfatiza que o processo de escuta vai até 30/10 com a possibilidade de encaminhamento de manifestações por escrito, reiterando a importância da observância aos temas que foram propostos, sendo eles escolhidos de maneira objetiva para direcionar a escuta e o debate. Que foi aberto um período de inscrição previa para as instituições e que foram inscritas 14 instituições, e levando em consideração o tempo de início e previsão do término da escuta social conseguiu abrir a possibilidade da participação de pelo menos 30 pessoas que queiram também usar fazer uso da palavra nesta escuta social, que o tempo de fala será de 6 minutos para as Instituições e 3 minutos para os cidadãos, tendo 30 segundos para conclusão após o término do tempo previsto, reforça que o tempo de fala ele deve ser estritamente observado, tendo cronômetros no auditório para o controle do tempo.

Pede que durante a fala não seja usado qualquer discurso violento, ofensivo, que seja um discurso respeitoso, pois a ideia é um debate franco e horizontal.

Em seguida explica que a chamada de representantes de cada Instituição será pela ordem de inscrição que foi divulgada anteriormente no site, e reitera que a proposta ao final desse processo de escuta social, com o encaminhamento das manifestações por escrito, a colheita das manifestações oral, é que possa condensar isso em um único documento formalizando essa Ata de processo de escuta social, e que será feita uma divulgação ampla para ciência de qualquer interessado e posteriormente a formalização do envio disso para a ciência do Governo do Estado e avaliação acerca da implementação dessa política pública.

Sandro - cerimonial - Explica que o cronômetro será replicado em duas telas e reitera que todos terão 30 segundos para a conclusão após o término do tempo previsto. Pede atenção ao chamamento dos nomes pois não será possível a recolocação daquele que foi chamado e não comparecer no ato do chamamento.

Em seguida explica que vai dar início a escuta de representantes das Entidades, e que a princípio eram 14 instituições inscritas, porém um dos inscritos pediu cancelamento da inscrição por motivo de saúde, portanto serão 13 instituições representadas no primeiro momento, e logo após o término das instituições, serão as escutas dos cidadãos que fizeram a inscrição no ato de entrada do auditório.

Diego José - Núcleo de estudos e pesquisas sobre criminalidade e violência da UFG (tempo de fala: 6 minutos e 13 segundos)

Cumprimenta a todos e começa falando que as câmeras são urgentes e devem ser implementadas juntamente com mecanismos de controle social e participação popular para que tenham plena eficácia, pois a polícia goiana mata muito e desnecessariamente, que um terço das mortes violentas intencionais do Estado são causadas pela polícia (30,2%);

Fala que a reportagem do popular afirma que nenhum policial foi morto em serviço de 2019 a 2022. Que a polícia militar goiana mata desnecessariamente porque submetida a uma política de segurança pública

equivocada, que escolhe mal a quem proteger, privilegia instituições bancárias e agências lotéricas, além do patrimônio empresarial em detrimento da própria população; Que o efetivo goiano reduziu-se, as horas extras se multiplicaram e a tropa se concentrou em grupos táticos de patrulhamento muitas vezes por motivos políticos e que quem reconhece isso é o próprio Coronel Renato Brum em seu trabalho de conclusão de curso na UFG; Que alteram as cenas dos fatos e ameaçam a população e cita como exemplo o caso do Wallace, em que houve ameaças contra a população do bairro para que apagassem câmeras de vigilância que poderiam ter flagrado a ação ilícita original que matou Wallace.

Que é o controle externo que falha, que não há microscópio eletrônico de varredura para a perícia técnica científica, por falta de investimento; a polícia civil com inquéritos demais para investigar apresenta baixo índice de resolução de homicídios; que as promotorias de justiça do MP acionam pouco o Núcleo de controle externo da atividade policial (GAESP) e as diligências probatórias contra violência policial previstas pelo próprio Conselho Nacional do Ministério Público e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não são ativadas.

Que há na segurança pública goiana em suma uma geral falta de transparência e é isso que gera alta letalidade; que pela experiência das outras polícias de São Paulo e Santa Catarina as câmeras podem apenas mitigar o sintoma da letalidade policial, aqui em Goiás podem ser úteis sobretudo para enfrentar o elevado índice de fraudes processuais, mas não resolverão sozinhas o problema da falta de transparência, para isso organizações da sociedade civil, principalmente organizações negras, que representam a população mais vitimada por esse fenômeno devem ser integradas permanentemente aos Órgãos do Estado que necessariamente deverão monitorar o uso das câmeras.

Vitor Sousa de Albuquerque- Assoc. Dever Social e Instituto Anjos da Liberdade (tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e se apresenta como advogado criminalista e defensor dos direitos humanos, logo após fala que o foco da sua fala é na implementação das câmeras na polícia penal e contextualiza o sistema brasileiro prisional brasileiro, e que posto esse contexto em que estamos inseridos no sistema penitenciário goiano, surgem duas perguntas:

Qual seria a importância da implementação dessas câmeras nos fardamentos de policiais penais e vigilantes temporários para salvaguardar os direitos das pessoas privadas de liberdade e seus familiares e amigos?

Seria a polícia penal alvo de uma implementação prioritária nesse primeiro momento?

Em seguida, tentando responder essas perguntas argumenta que a adoção de câmeras em policiais penais e vigilantes temporários, é importante para garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade, seus amigos e familiares pois eles não têm voz, nem credibilidade considerada pelo sistema de justiça e que essas câmeras seriam uma espécie de voz dessas pessoas que hoje são silenciadas sumariamente em todo tipo de apuração da atividade policial dentro do sistema prisional, e além disso existem alguns problemas que o Estado de Goiás precisa superar, como o regime disciplinar diferenciado coletivo imposto pela DGAP, impedindo que as

peças tenham um mínimo de banho de sol dentro das unidades prisionais; o tratamento desumano e humilhante por parte de certos plantões e de servidores; a perda de bens quando movimentados por iniciativa unilateral da DGAP, seja por recambiamento ou qualquer outro motivo; o registro visual das inspeções feitas por órgãos externos ao Executivo, que administra essas penitenciárias; as violações de direitos durante as operações, escoltas e transferências; a justificativa do emprego da força em serviço desses servidores e a comemoração diária do massacre do Carandiru, feita pelo conhecido "procedimento".

Que esses problemas seriam amenizados com a implementação das câmeras e que a prioridade de implementar nas polícias penais primeiro pois o efetivo é menor, por ser ambiente controlado sendo possível mesclar com "body cams" e câmeras ambientes, além de ser a parcela da população mais vulnerável que existe na sociedade, que não tem voz, nem credibilidade e que está completamente abandonada pelo Estado.

Mariana Guimarães - representando Deputado Antônio Gomide (Tempo de fala 4 minutos e 59 segundos)

Cumprimenta a todos e começa falando que o deputado Antônio Gomide é autor do projeto de lei nº 15, de 3 de março de 2022, que dispõe sobre implantação das câmeras nos uniformes dos policiais. Que o projeto atualmente se encontra na CCJ da Assembleia Legislativa e que já fizeram duas audiências públicas na Assembleia Legislativa sobre esse tema.

Destaca que na audiência pública teve a participação do coronel da reserva da polícia militar de São Paulo, Francisco Alves Cangerana, que foi um dos responsáveis pela implantação das câmeras em fardas policiais no estado de São Paulo e que houve redução em 70% de mortes de policiais em ação, 87% de redução na letalidade policial e aumento de 41,4 % no número de prisões em flagrante, o que demonstra que não houve inibição da ação policial. Que o uso de "body cams" vem potencializando a confiança da população na polícia, e serve como medida de auxílio para os próprios policiais na questão da redução das mortes e letalidade.

Tairo Batista Esperança - DPE (Tempo de fala 6 minutos e 30 segundos)

Inicia cumprimentando a todos e agradecendo a participação e começa argumentando que as câmeras nos policiais não é questão ideológica, que existem dados técnicos e suporte teórico que demonstram que a implantação da câmera é benéfica, que vai ao encontro da Legislação Processual Penal e Constituição Federal, que implementá-las nesse momento é urgente, é uma necessidade e precisam ser implementadas o quanto antes para efetivar o trabalho das instituições, para que se possa fazer a persecução adequada daqueles que, de fato, romperam com os direitos humanos e também para que se possa acabar com denúncias infundadas, que infelizmente acontecem por não ter a tecnologia adequada.

Que recebe denúncia de tortura todo dia na defensoria e que as câmeras são uma tecnologia para proteger a suposta vítima e o policial, para otimizar o trabalho das instituições no sentido de ter uma prova mais forte para

balizar o trabalho. E garante que tem elementos técnicos que embasam isso como a redução da letalidade, que em São Paulo reduziu 57% da letalidade policial e 63% dos casos de lesão corporal após a implementação das câmeras de segurança, e perceberam um aumento da confiança da população nas forças policiais.

Ricardo matos - SPTC (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que a Polícia técnico científica atua nas perícias criminais e médicos legais, bem como servindo as ações penais. Fala que o compromisso é com redução nos índices da criminalidade. Que a segurança pública não é barata, e que a Polícia Científica talvez seja a mais cara de todas, e só para ilustrar, uma Unidade da polícia técnico científica nova custa aproximadamente 3 milhões de reais, um Tomógrafo custou 1,3 milhões, o MEV, que já está na programação de aquisição custa 2,8 milhões de reais.

Que as câmeras corporais custam em média 1.400 reais por servidor policial, na polícia técnico científica são 800 servidores, assim só na polícia científica custaria 1,1 milhões por mês, 13,5 milhões de reais por ano, que com esse valor compraria outro tomógrafo outro MEV, e ainda sobraria recurso para construção de 3 unidades, por ano.

Que precisa investir nas forças policiais, em viaturas, equipamentos para reduzir a criminalidade. Que quanto aos estudos de São Paulo e Santa Catarina boa parte deles não são tão fidedignos assim, pois em segurança pública foram efetuados em um momento de pandemia onde as pessoas estão em casa e por óbvio a criminalidade já tenderia a diminuir, e em seguida questiona se diminuiu, e se é isso que é visto em São Paulo e em outras unidades da Federação.

Questiona se as câmeras são prioridade e argumenta que esse impacto será sentido pelo cidadão caso redirecione um recurso que está investido em equipamentos e infraestrutura para colocar em câmeras.

Edergênio Vieira - Conselho Municipal de promoção da igualdade racial de Anápolis (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que atualmente está fazendo um doutorado no Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Brasília e que sua pesquisa trata a respeito das consequências oriundas das mortes decorrentes de intervenção policial, e que de acordo com os especialistas as "body cams" tem como benefícios proteger tanto os cidadãos como os agentes de segurança pública. Que um fato que deve ser pensado é na privacidade do agente de segurança pública, assim como das pessoas que serão filmadas, e que os especialistas afirmam que a imagem não é pública, que é uma imagem que pode estar em um banco de dados de uma instituição de segurança pública e logo em seguida questiona "*quem poderia acessar os dados ? Como se dará o procedimento de rastreamento de quem usou, acessou e quando?*"

Que é preciso compreender a história das forças de segurança pública no país e isso leva em conta ouvir também os ativistas dos Direitos humanos e entender que às vezes a tecnologia de reconhecimento facial pode

ser usada como um processo de reforçamento do racismo.

Que é fundamental a implementação das câmeras e que as instituições intensifiquem o debate sobre esse tema.

**Sebastião Donizete de Carvalho - Conselho Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos
(Tempo de fala: 6 minutos e 22 segundos)**

Cumprimenta a todos e fala que quem deve controlar política pública é a sociedade.

Que o movimento nacional de direitos humanos é favorável a colocação de câmeras nos policiais, mas só isso não basta tem que ir além, que as vítimas de violência no Brasil são pobres, na sua maioria homens, jovens, negros que moram na periferia. Que há um extermínio consciente ou inconsciente da maioria pobre, negros deste país. E isso é corroborado pelas forças de segurança.

Que é preciso de atos de gestão, é preciso controle social, que é fundamental que o Ministério Público convoque para uma escuta pública, mas o ideal é que o Poder Executivo Estadual faça isso, porque a sociedade civil organizada goiana precisa ser ouvida na construção da política pública de segurança.

Coronel Pedro Henrique Batista - Academia da Polícia Militar (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e traz um retrato do controle da criminalidade no Estado e destaca a redução de homicídio doloso em 53%, roubo a residência redução de 77%, roubos a instituição financeira de 24 para zero. Em seguida faz um levantamento da redução do efetivo da PM, que perdeu 3000 homens entre 2018 e 2023. Mostra uma reportagem recente do Ministro da Justiça que destaca Goiás, Paraíba e Sergipe como os Estados que mais reduziram os homicídios.

Em seguida aponta estratégias e ferramentas para a redução dos índices de criminalidade, como integração das forças de segurança, investimento em inteligência, controle do cárcere, monitoramento, das rodovias estaduais e municipais, interação com a comunidade e motivação. Mostra que de acordo com o "Estudo de Stanford" a utilização da câmera promove desencorajamento policial, desconfiança e isso fez com que as prisões caíssem.

Que a polícia militar não se mantém inerte e está adotando estratégias como a modernização do POP, aquisição de 290 pistolas Taser, aumentou a grade de defesa pessoal, georeferenciamento em todas as viaturas e o aprimoramento da atividade correcional.

Faz alusão os estudos apresentados pela PM de Santa Catarina e São Paulo que demonstram que não há nenhum estudo conclusivo que demonstra a eficácia da redução da letalidade ou dos índices criminais com o uso da câmera.

Coronel Jubé - Corregedoria da PMGO (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que todo operador de segurança pública sofre controle, em especial a Polícia Militar

sofre controle do controle externo da atividade policial, das promotorias naturais, das promotorias de justiça militar, além da corregedoria da PM, do comando imediato, do comando geral, da mídia, e todo e qualquer cidadão que fiscaliza o trabalho. Que só em 2023 já foram instaurados mais de 1600 procedimentos, e que toda requisição ou mera solicitação advinda do Poder Judiciário ou do Ministério Público, obrigatoriamente é instaurada uma investigação; e que todo confronto é apurado de forma transparente.

Que todo e qualquer procedimento da Polícia militar é aberto ao público e deve sim ser seguido, supervisionado e fiscalizado pela sociedade.

Que teve a exposição dos modelos de Santa Catarina e São Paulo, modelo que apresenta ainda muitas questões a serem saneadas, dentre elas questiona "*quem vai pagar essa conta?*" E argumenta que o orçamento da Polícia Militar do Estado de Goiás é da ordem de 73 milhões e o processamento da instauração de 2022 em São Paulo passou da ordem de 38 milhões e a previsão para instalação no próximo ano é de 130 milhões.

Que todas as ferramentas são bem-vindas mas o incremento progressivo de ferramentas e soluções precisa ser precedido de mudança de cultura institucional e da sociedade universalização dos dispositivos eletrônicos de controle, dos espargidores, incremento da inteligência artificial com as cidades inteligentes para chegar em modelo de "body cams" como o primeiro mundo.

Maria Ramos de Jesus - Mães pela Paz (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que goiás é um dos Estados mais violentos do país, que perdeu um filho para a violência policial, que todo dia tiram a vida de jovens negros e pobres, que todos os dias aparecem mães no grupo Mães pela paz mães que buscam a paz e que nunca acham porque todo dia tiram a vida de Jovens negros periféricos pobres dessa capital e sem contar as cidades circunvizinhas que tem Mães de Brasília, Trindade, Goianira e várias cidades do Estado de Goiás.

Que são 538 pessoas mortas por ano e que querem falar de confrontos, os falsos confrontos, que sabem que, embora tenha tanta inteligência na polícia militar, não buscam outra forma de justificar essas mortes dizendo sempre que são confrontos e as mães sabem que essas armas são plantadas nos corpos dos meninos, são colocados nas mãos dos jovens que voltam das escolas, jovens que voltam de um Barzinho, jovens que saem para divertir às vezes não voltam para casa.

Em seguida cita a chacina Solar Bouganville onde quatro adolescentes perderam a vida e que três ficaram no local, e um de 14 anos que era muito criança, foi levado e não se sabe para onde, que souberam que foi queimado em pneus até derreter todos os ossos e nunca ouviram falar mais desse caso e ele continua desaparecido, argumenta que ele foi morto mesmo, senão teria o corpo para a mãe enterrar.

Que não sai nas mídias em Goiás que um policial foi ferido, foi morto, que vê tanto que o policial também perde a vida, mas não acompanha isso na mídia.

Que o coração de mãe não vai voltar a ser como antes, e que querem justiça, que as câmeras não são a única saída, mas é um começo, um suporte.

Deputado Mauro Rubem (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que confia na polícia, mas é inevitável que tem abuso.

Que muitas medidas precisam ser tomadas, mas agora é uma questão irreversível a necessidade humana de colocar câmera nos policiais, que muito pelo contrário de gerar desconfiança e desestímulo, pois é uma grande proteção aos agentes aos agentes policiais sobretudo aos agentes policiais que sofrem que no exercício do seu trabalho legitimamente resulta numa morte.

Que escuta na Assembleia que a polícia tem mesmo é que matar primeiro, que nunca ouviu isso do governador e nem do secretário, mas ouviu dos seus interlocutores diariamente aplaudindo e batendo palmas e mostrando cenas de horror.

Que é muito importante que o governador e o secretário venham para uma reunião como essa porque o governador tem ido até internacionalmente falar sobre segurança pública, mas que ele tem que conversar com os goianos também primeiro, antes de conversar com os gringos, conversar com a sociedade, com as mães, com pessoas que estão hoje sofrendo e sentindo na pele o que é uma situação de segurança.

Que querem qualidade na prestação de serviço na segurança pública, e defende que precisa modernizar os equipamentos para polícia. Que é inevitável que países já usam câmeras e que seremos os últimos a colocá-los.

Roberto Serra- OAB (Tempo de fala: 6 minutos e 23 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que quando a polícia utiliza câmeras mostra transparência para a sociedade, que a OAB se manifesta favorável a implementação de câmeras.

Que a OAB respeita até não mais poder a Corporação da Polícia Militar do Estado de Goiás, mas que não pode fazer ouvidos moucos à sociedade, que a população não quer temer e sim respeitar polícia.

Que a OAB recentemente entrou com ação civil pública contra o estado de Goiás e firmou um um TAC, um acordo para que as Polícias civil e militares não obstem o cidadão comum filmar uma ação policial, que pela primeira vez na história da Polícia Militar um órgão externo que é a OAB, com a colaboração da Defensoria Pública e do Ministério Público, os procedimentos operacionais padrão da Polícia Militar conta com a intervenção de um órgão externo e ali está consignado que não haverá óbice às filmagens e às captações de imagens as ações policiais desde que mantida a segurança necessária para aquele ato.

Reitera que a OAB se manifesta favorável a essa implementação e também ao projeto de lei que tramita na Assembleia para que essa regulamentação seja feita de sorte a preservar aquilo que almeja e espera da polícia, o respeito.

Fabricio Rosa - UFG (Tempo de fala : 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e começa falando que é policial, fala que é a partir do estado moderno que nasce a polícia e que nasce em tese para proteger alguém que nascia naquele momento junto com a polícia que é o sujeito de direitos, que a polícia nasce para proteger subjetividades, a polícia nasce para enfrentar facções e para enfrentar milícias, e é preciso que trazer também a verdade de enfrentar a letalidade e os criminosos que ingressam na polícia, porque há uma parcela minoritária da polícia que é criminosa e precisa ser enfrentada.

Que a colocação de câmeras é bem-vinda, que a filmagem protege a todos, além de incrementar a qualidade da prova e enfrentar a corrupção policial e diminuem a letalidade policial. Que no seu trabalho policial não tem nada a temer, e quer sim ser filmado enquanto um policial e escuta isso de todos os bons policiais que são a maioria dos policiais, que todos nós sabemos que quando somos filmados agimos de maneira diferente, portanto a filmagem protege a todos protege sobretudo os policiais, além de incrementar a qualidade da prova, além de enfrentar a corrupção policial.

Que foi corregedor da polícia durante muitos anos e o que mais gostaria de ter era imagens de casos de corrupção, de casos de assédio sexual, de casos de estupro que também acontecem dentro da polícia.

Que alguns dizem que as câmeras vão inibir a atuação da policial mas que isso não é uma verdade, pois na França, nos Estados Unidos, no Canadá há décadas tem câmeras sendo utilizadas em viaturas ou no corpo dos policiais e tem um dos maiores Índices de prisão do mundo nos Estados Unidos são mais de 4000 4 milhões de pessoas aprisionadas. Sabe que também as câmeras diminuem a letalidade policial e precisa trazer os números dessa letalidade: em 2012 duas mil pessoas foram assassinadas, em 2020 esse número chegou a 6.000 no Brasil, 10% deles em Goiás.

Que existe uma pesquisa do coronel Leonardo que mostra que 90% dos policiais não tem homicídios ou trocas de tiro em suas fichas, por isso não se pode generalizar essa questão, que é preciso enfrentar aqueles que se valem das suas fardas para cometerem crimes.

Dr Augusto - Que em razão da quantidade de inscrições que foram feitas, que estavam previstas 30 inscrições, mas apenas três cidadãos foram inscritos para falar, sendo assim, nesse caso entende ser equitativo e proporcional equiparar o tempo dessas pessoas que já fizeram a inscrição ao tempo das instituições de 6 minutos.

Cidadãos

Gualberto Fleury (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que os benefícios são inequívocos, que os custos, que dinheiro para o estado é algo viável e que sai da sociedade, que isso é muito simples e não cabe discussão.

Que a sociedade quer, e a questão é como e quanto, e a melhor maneira de se realizar isso. Que vai usar todos os meios como Assembleia Legislativa, poder das entidades civis para tomar todas as providências para que isso ocorra, porque é o melhor para todos.

Que os dados são óbvios da redução da letalidade para civis e para os policiais, bem como aumento das quantidades de apreensões.

Claudia Nunes - Comitê Goiano de Direitos Humanos (Tempo de fala: 4 minutos e 47 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que o comitê apoia a implementação das câmeras, que não há política pública e nem democracia sem participação social.

Que a sua fala é no sentido de fortalecer a atuação dos movimentos sociais e das organizações dizendo que não há política pública sem participação social não há democracia sem participação social.

Que se o Ministério Público hoje inclui esse tema no seu planejamento estratégico e se abre para esse diálogo é em função de ter ouvido o clamor da sociedade, que a questão não é se as câmeras serão implantadas, mas quando elas serão implantadas.

Que não teremos uma política de segurança pública que de fato ofereçam a proteção a vida tanto da sociedade quanto dos policiais militares se não tiver participação social.

Dijaci David- Professor (Tempo de fala: 6 minutos e 30 segundos)

Cumprimenta a todos e fala que colocar câmeras será importante para polícia e sociedade, que a câmera vai ajudar a elucidar crimes, que grande parte das pessoas que morrem representam pessoas negras e precisa garantir que a justiça seja feita usando todos os mecanismos técnicos disponíveis.

Que tem pessoas que estão pagando com a vida e que não tiveram direito, tem uma situação crítica e absurda em que precisa saber se de fato houve uma intencionalidade.

Que essas câmaras podem também não só produzir mais justiça, mas também assegurar um amparo para muitas famílias que buscam pessoas e que passam a vida toda de luto, porque aquele caso não tem resposta.

Que todos querem justiça, uma sociedade melhor, assegurar que seja um cidadão comum ou seja um policial, pois todos têm o direito à vida, e o que não pode é abrir mão do direito à vida.

Marcos Castro (Tempo de fala: 2 minutos e 54 segundos)

Cumprimenta a todos e argumenta sobre os custos, que tem outros aspectos aqui de Goiás que são curiosos,

que o ministério público tem uma ação civil pública em curso para cobrar que seja feito isolamento de local de crime em Goiás, então quando fala em custos de equipamentos caríssimos para polícia técnica científica, isolar o local de crime precisa apenas faixa de plástico, que é o básico.

Que existem alternativas baratas e básicas para ter provas sem ser as câmeras.

Dr. Augusto - reitera que o processo de escuta finaliza no dia 30/10 e a importância da participação do maior número de pessoas, seja presencialmente ou por e-mail, para que se possa compreender a complexidade desse fato e mensurar com clareza todas as contribuições que serão trazidas.

Em seguida agradece a presença de todos e declara encerrada a escuta social.

Esta ata reproduz um resumo da fala de cada um dos participantes da escuta social e a sua integralidade pode ser extraída da gravação constante no canal do Youtube do Ministério Público por intermédio do link <https://www.youtube.com/watch?v=2nlaeHLvD2U>

Augusto Henrique Moreno Alves

Promotor de Justiça

Coordenador da Área Criminal do Centro de Apoio Operacional



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Henrique Moreno Alves, em 27/10/2023, às 14:26**, e consolidado no sistema Atena em 27/10/2023, às 14:34, sendo gerado o código de verificação 0392f340-571d-013c-3ba6-0050568b8f31, conforme Ato PGJ n. 29, de 22 de maio de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida mediante a leitura do QR Code.